

CONCORRÊNCIA CO SMCG Nº 05/2023

**CONCESSÃO PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
DE SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO
COMPLEXO LAGUNAR DA BARRA DA TIJUCA, JACAREPAGUÁ E
RECREIO DOS BANDEIRANTES**

ANEXO X – MATRIZ DE RISCOS



CCPAR

1. MATRIZ DE RISCOS

1.1. A Matriz de Alocação de Riscos é o documento que visa indicar de forma clara e objetiva os riscos assumidos pelas partes, PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, na celebração do CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.2. Para melhor compreensão, os riscos foram agrupados em 05 (cinco) classificações: Riscos Jurídico-Regulatórios; Riscos de Demanda; Riscos Ambientais; Riscos Técnicos e Riscos Econômico-Financeiros, elencados a seguir:

RISCOS JURÍDICO-REGULATÓRIOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões	A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações (atos administrativos) para plena execução do Objeto, por fato imputável ao Poder Público, aqui considerado entes públicos, Administração Direta e Indireta, bem como órgãos competentes, desde que a demora sejadecorrente de fato não imputável à CONCESSIONÁRIA, comprovando-se que o pedido foi devidamente instruído e apresentado de forma tempestiva.	PODER CONCEDENTE	A materialização de hipótese ensejará a readequação do cronograma inicialmente previsto, em relação ao início da prestação dos SERVIÇOS, a depender da natureza da licença, permissão e/ou autorização, de modo a adequar o tempo equivalente à demora identificada, sem prejuízo de outras formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA, caso necessário. É dever do PODER CONCEDENTE, dentro da sua competência, a colaboração para obtenção de licenças e autorizações necessárias para OPERAÇÃO e a disponibilização das ESTRUTURAS DOS TERMINAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE devidamente prontas e acabadas para instalação dos equipamentos necessários a implantação do Sistema de Transporte Aquaviário.
Obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões	A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações (atos administrativos) para plena execução do Objeto, por fato imputável à CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA	O atraso na obtenção de licenças de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA ou por fatos a ela atribuídos ensejará a aplicação das penalidades previstas em contrato, sem prejuízo da necessidade de

RISCOS JURÍDICO-REGULATÓRIOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
			adoção de medidas mitigadoras de recuperação do prazo, cujo custo será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
Inexecução contratual pelo PODER CONCEDENTE	Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA, causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou órgãos ou entidades da Administração Pública, desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos e solicitações encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, e prazos de resposta não observados.	PODER CONCEDENTE	Mecanismo de revisão extraordinária do Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato.
	Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, das obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não limitado, ao descumprimento de prazos a ele aplicáveis.	PODER CONCEDENTE	
	Atraso no cumprimento de prazos estabelecidos para obrigações da CONCESSIONÁRIA ou descumprimento de ÍNDICES DE DESEMPENHO, quando decorridos de ação/omissão do PODER CONCEDENTE.	PODER CONCEDENTE	
	Decisões judiciais ou administrativas a impedirem ou dificultarem a CONCESSIONÁRIA de prestar serviços do OBJETO.	PODER CONCEDENTE	
	Atrasos ou inexecução de obrigações do PODER CONCEDENTE, causados por demora ou omissão da CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas, desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos e solicitações encaminhados	CONCESSIONÁRIA	

RISCOS JURÍDICO-REGULATÓRIOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Inexecução contratual pela CONCESSIONÁRIA	pelo PODER CONCEDENTE.		Mecanismo de revisão extraordinária do Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
	Descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das suas obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos a ela aplicáveis nos termos contratuais e/ou legais.		
	Atraso no cumprimento de prazos estabelecidos no CONTRATO, relacionados às obrigações assumidas pelo PODER CONCEDENTE, quando decorrentes diretamente de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA ou suas subcontratadas.		
Inexecução contratual por fato de terceiros	Atrasos ou inexecução de obrigações da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, causados por fatos de terceiros, desde que comprovada a regularidade e a adequação dos procedimentos adotados pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE.	COMPARTILHADO	Readequação do cronograma inicialmente previsto, seja em relação às obras como em relação ao início da prestação dos serviços, a depender da natureza do fato de terceiro, de modo a adequar o tempo equivalente à demora identificada, sem prejuízo de outras formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA, caso necessário
Alteração Tributária	Realização do planejamento tributário da CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA	A CONCESSIONÁRIOS deverá observar todas as determinações legais e regulamentares quanto a legislação tributária.
	Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais a incidirem diretamente nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA, que afete a carga fiscal posteriormente à data da proposta, e que comprovadamente afete o equilíbrio econômico-	COMPARTILHADO	Procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro em favor de uma das partes, conforme o caso.

RISCOS JURÍDICO-REGULATÓRIOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
	financeiro do CONTRATO.		
	Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais a incidirem diretamente sobre os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA ou sobre o objeto, cuja criação, alteração ou extinção ocorra após DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS com repercussão comprovada sobre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.	COMPARTILHADO	Procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro em favor de uma das partes, conforme o caso.
	Majoração de alíquotas de impostos incidentes sobre as atividades objeto da CONCESSÃO.	PODER CONCEDENTE	Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro.
Responsabilidade Civil	Danos decorrentes da execução do serviço, inclusive quanto a terceiros.	CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA contratará os seguros para riscos relevantes e usuais do serviço.
	Perecimento, destruição, roubo, furto, depredação, vandalismo, perda ou quaisquer outros danos causados aos BENS VINCULADOS à CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA contratará os seguros para riscos relevantes e usuais para proteção dos BENS VINCULADOS à CONCESSÃO.
	Ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental, relacionados ao serviço, anteriores à DATA DA ORDEM DE INÍCIO ou, caso posteriores, decorrentes de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE ou de quaisquer terceiros por ele contratados.	PODER CONCEDENTE	Mecanismo de revisão extraordinária do Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato.
	Alteração superveniente na legislação relacionada à execução dos SERVIÇOS, ocorrida após DATA DA ENTREGA DAS PROPOSTAS, que altere o equilíbrio econômico-financeiro e traga efetivos prejuízos para a CONCESSIONÁRIA.		

RISCOS JURÍDICO-REGULATÓRIOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Risco Regulatório e Legislativo	Alteração na legislação, atos normativos, edição de decretos ou na regulação a impactarem diretamente as receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a execução das atividades OBJETO da CONCESSÃO.	PODER CONCEDENTE	Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro.
Risco Social	Greves e manifestações que comprometam e/ou inviabilizem a execução do OBJETO da CONCESSÃO.	PODER CONCEDENTE	Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro, caso haja impacto direto nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA ou no custo de implantação do OBJETO.
Intervenção	Intervenção na CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE em razão de descumprimentos contratuais pela CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.
Intervenção/ Encampação/ Revogação	Intervenção, Encampação ou Revogação que afetem o direito de uso das áreas de embarque e desembarque pela CONCESSIONÁRIA.	PODER CONCEDENTE	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.
Encampação	Retomada da CONCESSÃO por razões de interesse público ou por inviabilidade de continuidade do serviço em razão de fatos não atribuíveis a CONCESSIONÁRIA.	PODER CONCEDENTE	Pagamento de indenização à CONCESSIONÁRIA a ser apurada mediante apresentação de relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros documentos, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes.
Caducidade	Extinção da CONCESSÃO por decretação da CADUCIDADE.	CONCESSIONÁRIA	Pagamento de indenização à CONCESSIONÁRIA.
Anulação do CONTRATO	Extinção da CONCESSÃO por vícios no processo de contratação, sem a CONCESSIONÁRIA ter concorrido para os mesmos.	PODER CONCEDENTE	Pagamento de indenização à CONCESSIONÁRIA.
Rescisão contratual	Extinção da CONCESSÃO, mediante ação judicial por descumprimento, pelo PODER	PODER CONCEDENTE	Abertura de processo administrativo prévio para apurar descumprimentos,

RISCOS JURÍDICO-REGULATÓRIOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
	CONCEDENTE, das suas obrigações		respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.
Encargos trabalhistas e/ou previdenciários	Acidente de trabalho na execução do OBJETO.	CONCESSIONÁRIA	Obrigação assumida pela CONCESSIONÁRIA de respeito à legislação trabalhistas e assunção dos riscos decorrentes a sua atividade empresarial.
	Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO, incluída a elevação do custo de mão de obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA	Obrigação assumida pela CONCESSIONÁRIA de respeito às legislações trabalhistas e previdenciárias vigentes, bem como de cumprimento de acordos coletivos incidentes às categorias profissionais envolvidas no Projeto.
Alteração Unilateral	Mudanças no plano de investimentos por decisão unilateral da CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA	Apresentação do RELATÓRIO DE PLANO DE INVESTIMENTOS ao PODER CONCEDENTE.
	PODER CONCEDENTE impor novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas, a provocarem impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA.	PODER CONCEDENTE	Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro.
Riscos de Força Maior ou Caso Fortuito.	Ocorrência de eventos de força maior, imprevisível, fora do controle razoável das partes, natural ou não, impactando ou mesmo impedindo uma ou outra de executar alguma ou todas as obrigações materiais e formais previstas no contrato, ou que impacte o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, incluindo aqueles afetos à área da saúde, tais como surtos, pandemias, epidemias e endemias, mas não a eles se restringindo.	COMPARTILHADO	Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro ou extinção da concessão.

RISCOS DE DEMANDA			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Alteração, para menor, do Volume de Passageiros por culpa da Administração Pública	Volume de passageiros ser menor do que a previsão, e a receita total subsequentemente ser menor do que o esperado, em decorrência de edição de ato administrativo, decreto, resolução, portaria, lei, enfim, qualquer ato praticado pelo Poder Público que restrinja ou altere o trânsito de passageiros na região.	PODER CONCEDENTE	Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro.
Alteração, para maior, do Volume de Passageiros, seja por escolha do usuário ou decorrente de ato da Administração Pública	Volume de passageiros ser maior do que a previsão estimada, importando em necessidade de melhorias, aplicações e readequação das estruturas dos terminais de passageiros para operacionalização dos SERVIÇOS prestados.	CONCESSIONÁRIA	Adequação da infraestrutura e bens utilizados na operacionalização dos serviços, primando pela prestação do serviço adequado, de modo a manter as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
Variação negativa da demanda projetada para as linhas obrigatórias, até 10% (dez por cento)	Volume de passageiros ser menor do que a previsão.	CONCESSIONÁRIA	Risco da Concessionária
Variação negativa da demanda projetada para as linhas obrigatórias, superior a 10% (dez por cento)	Volume de passageiros ser menor do que a previsão.	COMPARTILHADO	O impacto financeiro da variação será abatido do valor devido relativo à outorga variável, com o intuito de realizar a compensação do valor.
Variação negativa da demanda projetada para as linhas obrigatórias, superior a 20% (vinte por cento).	Volume de passageiros ser menor do que a previsão.	PODER CONCEDENTE.	Processo de Reequilíbrio.

RISCOS AMBIENTAIS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Impacto Ambiental	Impactos e consequências ambientais que tenham como fato gerador as atividades prestadas pela CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA	Observar as condicionantes ambientais, implementando programas de monitoramento, executados por consultoria ambiental especializada.
Passivos Ambientais	Custos dos passivos ambientais, não-originados e desconhecidos até a data de publicação do edital	PODER CONCEDENTE	Elaboração de estudos ambientais prévios pelo Poder Concedente.

RISCOS TÉCNICOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Risco Técnico de Obras	Atraso na conclusão das obras civis para Implantação do Sistema de Transporte Aquaviário (ESTRUTURAS DOS TERMINAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE).	PODER CONCEDENTE	Reajuste do período de início de concessão para após a emissão do Termo de Recebimento das áreas, mantendo o prazo contratual previsto, com início a partir da ORDEM DE INÍCIO à CONCESSIONÁRIA.
	Erro no planejamento e na execução e estimativas das obras e construção.	CONCESSIONÁRIA	A CONCESSIONÁRIA é responsável por problemas técnicos (planejamento e execução das obras), assim como aqueles decorrentes dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, e eventual necessidade de readequação das ESTRUTURAS DOS TERMINAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE, assim como seus custos decorrentes.
Risco Técnico Operacional	Segurança devido a ação de criminosos.	PODER CONCEDENTE	Agir junto a Secretaria de Segurança para garantir a operação nessas regiões.
Risco Técnico Operacional	Paralisação, total ou parcial, dos SERVIÇOS em razão de eventos de terceiros, caso fortuito ou força maior.	COMPARTILHADO	Análise do cenário para atribuir a responsabilidade. A CONCESSIONÁRIA é responsável por problemas técnico operacionais relacionados a suas atividades; acompanhamento para verificar se a paralisação não teve causa em fatores

RISCOS TÉCNICOS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
			exógenos não previsíveis, atribuíveis a terceiros ou a eventos fortuitos ou de força maior. Recomposição econômico-financeira em caso de comprovado impacto na operação não atribuível a CONCESSIONÁRIA.
Risco Técnico Tecnológico	Obsolescência Tecnológica de Equipamentos e Embarcações.	CONCESSIONÁRIA e PODER CONCEDENTE	Atualização da tecnologia prevista para a modelagem do sistema ao longo da concessão; realização de estudos de custo-benefício pela CONCESSIONÁRIA que viabilize a decisão pela substituição da tecnologia, visando o pleno atendimento do SERVIÇO. Abertura de procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro apenas em caso de comprovada necessidade de modificação para atendimento do nível de serviço adequado.

RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil por danos a terceiros.	CONCESSIONÁRIA	Contratação de seguros.
Erro de Estimativas	Erro das Estimativas do Modelo apresentado pelo PODER CONCEDENTE, e erro na planilha de preços apresentada pela CONCESSIONÁRIA.	COMPARTILHADO	Concessionária deve contratar verificação independente e avaliar a viabilidade do modelo proposto no edital. Uma vez aceito o modelo, deverá ser capaz de suportar variação ordinária no preço dos insumos necessários à execução do contrato. Considerando que a sensibilidade de demanda apresentada no estudo técnico e econômico (EVTEA) disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE foi considerada

RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismos de Mitigação
			para definição da TARIFA, eventuais DÉFICIT TARIFÁRIOS decorrentes de redução de demanda, evasão e/ou gratuidade estabelecidas pelo PODER PÚBLICO que gerem variação a menor superiores a 10% (dez) por cento devem ser COMPARTILHADOS pelo PODER CONCEDENTE, com a concessão de SUBSÍDIO TARIFÁRIO.
Aumento de custos	Aumento do custo de Empréstimos, Financiamentos. Degradação de aspectos Macroeconômicos, ou nível de crédito baixo da Concessionária.	CONCESSIONÁRIA	Possibilidade da Execução da garantia na hipótese de inexecução contratual.
Receitas Acessórias	Erro de estimativa das receitas acessórias e eventuais inadimplências em contratos com terceiros	CONCESSIONÁRIA	Estipular um peso que capte esse nível de risco, decrescendo a proporcionalidade da receita acessória no nível de receitas total. Implementar garantia contratual em contrato de terceiros.